CARTA DE
CONJUNTURA
NÚMERO 36 — 3 ° TRIMESTRE DE 2017

SEÇÃO II

Economia Agrícola

Sumário

Editores:

Jose Eustáquio Ribeiro Vieira Filho
Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur)/Ipea

José Ronaldo de C. Souza Júnior
Diretor da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac)/Ipea

A partir desta publicação, o Ipea retoma a análise trimestral de conjuntura voltada para o setor agropecuário – segmento de grande relevância para a economia brasileira. Para esta tarefa, foram convidadas duas instituições parceiras, que são essenciais na disseminação de informações e estatísticas relacionadas ao setor: i) a Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SPA/Mapa); e ii) o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq-USP). Esta parceria visa contribuir com a disponibilização de dados e análises de preços, produção, emprego, comércio exterior, seguro e crédito para o setor agropecuário, subsidiando os principais atores interessados com informações conjunturais e projeções.

Conforme as informações apresentadas nesta seção da Carta de Conjuntura, o setor agropecuário vem apresentando crescimento expressivo no ano de 2017, diferentemente do restante da economia brasileira. No primeiro quadrimestre, o produto interno bruto (PIB) do agronegócio (insumos para a agropecuária, produção agropecuária básica, agroindústria e agrosserviços) apresentou crescimento interanual de 3,9%, de acordo com os cálculos do Cepea/Esalq/USP em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). O destaque coube ao segmento da produção primária, com crescimento estimado de 13%, enquanto a agroindústria apresentou tendência de queda, com taxa negativa de 1,7%, acompanhando o resultado da indústria nacional.

O indicador Ipea mensal de PIB agropecuário (que contabiliza apenas a produção primária, da mesma forma que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) aponta para uma alta de 13,5% acumulada no ano até o mês de junho. No segundo trimestre, o indicador mostra variação negativa de 2,9% em relação ao primeiro trimestre na série com ajuste sazonal. Para o ano, a previsão é de crescimento de 10,9%.

Apesar do crescimento em volume, os preços do setor têm apresentado taxas de variação mais baixas, o que no geral promoveu a estabilidade na renda gerada pelos insumos do agronegócio, aumento para o setor primário (agropecuária) e redução para agroindústria e agrosserviços, o que contribui para a redução da inflação – como destacado na seção referente à Inflação desta Carta de Conjuntura.

O movimento de retração dos preços agrícolas no primeiro semestre de 2017 de-

correu, em grande medida, do forte crescimento da oferta interna. De um lado, a redução no preço dos bens agrícolas reduz a margem de ganho do produtor rural. De outro, a queda no preço dos grãos influencia na redução no preço das rações, insumo essencial na produção pecuária. O menor preço dos insumos, então, poderia ter elevado a renda do pecuarista, o que não aconteceu, em função dos problemas judiciais enfrentados pela maior empresa de frigoríficos do país – que reduziu significativamente a demanda por animais para abate.

No que se refere aos empregos no agronegócio, no primeiro trimestre de 2017, verificou-se uma redução de 3,9% no total de pessoas ocupadas, em comparação ao mesmo período no ano anterior. Essa redução se deu principalmente na agropecuária e majoritariamente na região Nordeste do país, onde 70% da redução foi verificada.

Em relação ao comércio externo, a soja e o café apresentaram crescimento na exportação, tanto em valor como em quantidade, no acumulado de 2015, 2016 e 2017. Esse movimento foi diferente para outros insumos que apresentaram reduções em relação a 2016, sendo as mais expressivas para o milho e o algodão, que já apresentam perspectivas de crescimento a partir de maio deste ano. Por sua vez, as importações aumentaram 7,8%, quando comparadas ao mesmo período do ano passado, e 15% com relação a 2015.

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) executou, nos primeiros sete meses de 2017, aproximadamente R$ 90 milhões dos R$ 400 milhões do orçamento previsto para o ano. Com este recurso, foram atendidos quase 12 mil produtores rurais, garantindo a cobertura de aproximadamente 1 milhão de hectares com produção de culturas agrícolas, florestas e pecuária, principalmente na região Sul do país. As principais atividades às quais se destinaram as subvenções foram soja, trigo, milho (2a safra) e as frutas foram maça e uva sendo responsável por 86,5% do total das subvenções federais.

Quanto ao crédito rural, os recursos programados para o ano agrícola 2016/2017 foram de R$ 183,9 bilhões, sendo R$ 149 bilhões para custeio, comercialização e industrialização, e R$ 34 bilhões para investimento. Os desembolsos dos recursos programados para cada uma das modalidades foram de 74% e 75%, respectivamente. Considerando-se o total de recurso disponibilizado, 75% foram aplicados. São previstos, para o ano agrícola de 2017/18, o aumento das disponibilidades de recursos de financiamento (R$ 188,3 bilhões), além de redução de taxas de juros, de prazos de reembolso dos créditos de investimento e introdução de limites de financiamento às cooperativas, bem como o direcionamento dos Recursos Obrigatórios (RO), provenientes dos depósitos à vista, exclusivamente para custeio.

Estes são alguns dos principais números desta Seção de Economia Agrícola. Esperamos que a disseminação de conhecimento e informações relativas ao setor agropecuário brasileiro sejam úteis na tomada de decisão pública e privada e, em particular, contribuam para o aprimoramento das políticas públicas essenciais ao

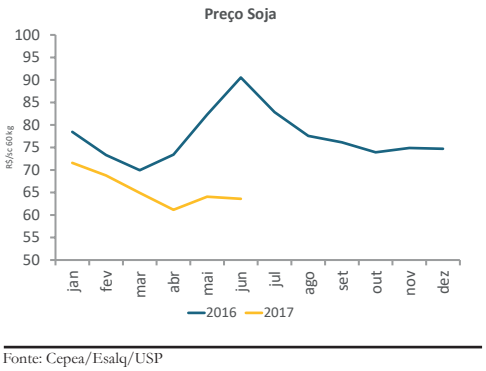
crescimento do país e ao aumento do bem-estar nacional. Ficam registrados os nossos agradecimentos a todos os colegas e instituições que nos ajudaram na realização desta tarefa.

1 Mercados e Preços Agropecuários[1]

No intuito de discutir os principais fatores que levaram à dinâmica dos preços agrícolas no semestre, são apresentados resumidamente os mais relevantes aspectos conjunturais e perspectivas para os mercados agropecuários, com destaque para os grãos – soja, milho, algodão, arroz e trigo –, além de produtos pecuários – leite, boi, suínos, aves e ovos. O conjunto dos produtos hortifrutícolas também é considerado.

Entre os grãos, principalmente para a soja, o milho e o trigo, o movimento marcante no primeiro semestre foi de retração dos preços recebidos pelos produtores em relação ao ano de 2016, marcado por forte alta nesses mercados. No caso da soja, os preços foram pressionados para baixo pela produção recorde de 114 milhões de toneladas, 19,4% superior à da safra anterior. Por outro lado, o volume também recorde de 44 milhões de toneladas exportadas no primeiro semestre, quantidade 14% superior à temporada passada, limitou o movimento de queda nos preços domésticos. A média do Indicador Cepea/Esalq-Paraná no primeiro semestre do ano foi de R$65,68/saca de 60 kg, 15,8% inferior à do mesmo período da temporada passada, em termos nominais (1).

GRÁFICO 1
Indicador da Soja Cepea/Esalq – Paraná
(em R$ por saca de 60 kg)



Fonte: Cepea/Esalq/USP

Perspectivas para a soja

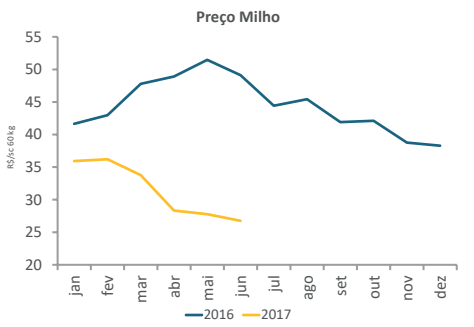
Os agentes seguem atentos aos níveis dos estoques mundiais, que devem aumentar na próxima temporada, visto que, até o momento, as importações, principalmente chinesas, estão abaixo do esperado. Além disso, a boa perspectiva quanto às lavouras norte-americanas mantêm a pressão baixista sobre as cotações neste início de segundo semestre.

Já a queda dos preços de milho no mercado interno no início do ano refletiu os bons rendimentos da safra de verão e as condições climáticas favoráveis à segunda safra. Considerando a primeira e a segunda safras, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima aumento de 44,3% na produção em relação a 2016. Na região de Campinas, referência para o Indicador Esalq/BMF&Bovespa, a média dos preços no primeiro semestre foi de R$31,46/saca de 60 quilos, 33,1% menor

1 Esta seção foi produzida por Geraldo Sant´Ana de Camargo Barros, André Sanches (Grãos), Fernanda Geraldini (Hotifrutícolas), Natália Salaro Grigol (Leite), Mariane Crespolini (Boi), Camila Brito Ortelan (Suínos, aves e ovos) – todos do Cepea/Esalq/USP.

que o mesmo período da temporada passada, em termos nominais (gráfico 2).

GRÁFICO 2
Indicador do Milho Esalq/BM&FBovespa
(em R$ por saca de 60 kg)



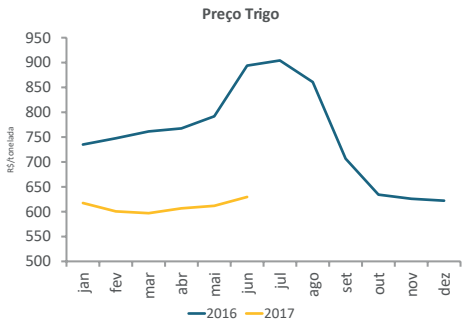
Fonte: Cepea/Esalq/USP

Perspectivas para o milho

O bom desenvolvimento das lavouras tem mantido a expectativa de que o Brasil atinja novo recorde de produção, superior a 96 milhões de toneladas na safra 2016/2017. O impacto da maior oferta sobre os preços dependerá do volume das exportações no segundo semestre. O comportamento dos preços nos próximos meses fica na dependência do desempenho das exportações. A perspectiva é que o Brasil atinja um novo recorde de exportação na atual temporada.

As cotações domésticas de trigo, por sua vez, foram pressionadas no primeiro semestre, como reflexo do aumento na oferta do cereal no Brasil e no Mercado Comum do Sul (Mercosul). No primeiro semestre, a média de preços do cereal no estado do Paraná foi de R$ 610,54 por tonelada, valor 22% menor (em termos nominais) que no mesmo período da safra passada (gráfico 3).

GRÁFICO 3
Preço médio do trigo Cepea/Esalq – Paraná
(em R$/t)



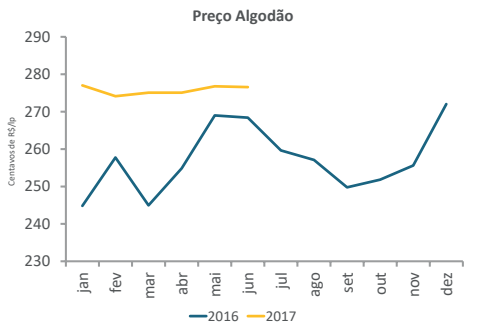
Fonte: Cepea/Esalq/USP

Perspectivas para o trigo

Por um lado, estimativas indicam elevados estoques de passagem, o que mantém a pressão baixista sobre os preços no segundo semestre. Por outro lado, as incertezas climáticas na região Sul do país, e, consequentemente, quanto ao volume a ser colhido neste segundo semestre, acabam dando um tom altista às perspectivas de preços no segundo semestre.

Ao contrário do que se observou para soja, milho e trigo, para o algodão e o arroz as cotações no primeiro semestre de 2017 estiveram em patamares superiores aos observados no mesmo período do ano anterior. No caso do algodão, o menor volume colhido na safra 2015/2016 (-17% frente à safra 2014/2015) e o baixo estoque de passagem para 2017 (43% inferior ao estoque para 2016), aliados ao fato de os vendedores brasileiros terem negociado seus contratos ainda no período de alta no ano passado, sustentaram os preços da pluma no primeiro semestre no mercado brasileiro. A média dos preços no primeiro semestre foi 7,5% maior que a do mesmo período do ano passado (gráfico 4).

GRÁFICO 4
Indicador do Algodão em Pluma Cepea/Esalq
(centavos de R$ por lp)



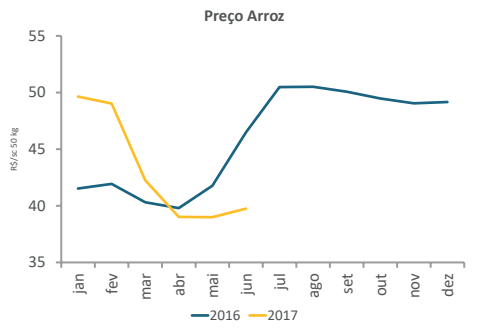
Fonte: Cepea/Esalq/USP

Perspectivas para o algodão

Com o avanço da colheita, aumenta a pressão da oferta no mercado brasileiro, e as cotações da pluma iniciam o segundo semestre com alguma tendência de baixa. O comportamento das exportações vai determinar a direção dos preços nos próximos meses. Por enquanto, as estimativas oficiais apontam redução de 21% nas exportações de algodão em pluma na atual temporada em relação à passada, devido aos atuais patamares elevados dos preços da pluma.

Para o arroz – ver gráfico 5 –, o aumento na produção nacional é estimado em 16% em relação à temporada passada e, com o avanço da colheita, os preços passaram a recuar a partir de fevereiro. A média no primeiro semestre do Indicador Esalq/Senar-RS foi apenas 2,7% superior à do mesmo período da temporada passada, em termos nominais.

GRÁFICO 5
Indicador de arroz em casca Esalq/Senar-RS
(R$ por saca de 50 kg)



Fonte: Cepea/Esalq/USP

Perspectivas para o arroz

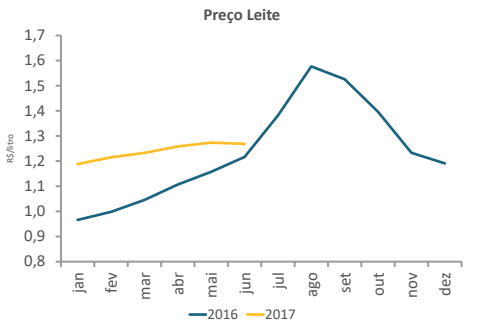
Os preços do arroz iniciam o segundo semestre com sustentação, refletindo o recuo de orizicultores em negociar e o maior interesse de indústrias em repor seus estoques. Por outro lado, a perspectiva de aumento de 16% na produção nacional, com o total de 12,13 milhões de toneladas, pode vir a pressionar as cotações nos próximos meses.

De acordo com dados do IBGE do segmento de hortifrutícolas, avaliando-se o peso de produtos específicos no semestre, destacaram-se: o tomate, a batata e a cebola no grupo de tubérculos, raízes e legumes; a alface e o repolho, no grupo das hortaliças e verduras; e, finalmente, a banana, a laranja e a maçã entre as frutas. Quanto à variação de preços dos hortifrutícolas acumulada no primeiro semestre, o grupo das frutas apresentou deflação de 13,38%, avaliada em junho de 2017. Para a banana (d'água) a redução acumulada foi de 23,32%; para a maçã, de -27,67%; e para a laranja, de 7,3%. Por seu turno, as principais hortaliças, bulbos e legumes acumularam elevação de preços ao longo do semestre, como o tomate (+5,2%), a batata-inglesa (+7,93%), a alface (+10,92%) e o repolho (+11,22%). Quanto às perspectivas para os hortifrutícolas, tanto para frutas quanto para hortaliças, a maioria das culturas tem maior oferta no segundo semestre, quando não se espera

problema importante de abastecimento.

Voltando-se aos produtos de origem animal, a gráfico 6 mostra a evolução do preço do leite recebido pelos produtores, que esteve, no primeiro semestre de 2017, nos maiores patamares já registrados da série histórica do Cepea, iniciada em 2000. Contudo, a valorização ao longo do primeiro semestre de 2017 foi bastante amena frente àquela do mesmo período de 2016. O principal motivo que "freou" a valorização foi a demanda enfraquecida na ponta final da cadeia. Como consequência dessa dificuldade, e também em virtude do aumento da produção em algumas bacias leiteiras (chuvas mais abundantes e maior fornecimento de ração ao rebanho), o período de transição dos preços do leite no campo, saindo da tendência de valorização e iniciando a curva de queda, se iniciou mais cedo em 2017, em junho.

GRÁFICO 6
Preço do leite recebido pelo produtor - preço líquido (sem frete e impostos)
(em R$/litro)



Fonte: Cepea/Esalq/USP

Perspectivas para o leite

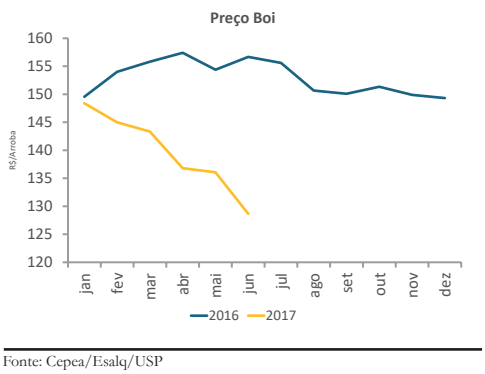
É possível que haja um incremento da produção ainda antes do retorno das chuvas em meados de setembro, "enfraquecendo" a entressafra deste ano, devido a condições climáticas favoráveis. O início das pastagens de inverno no Sul do país e os preços mais acessíveis da ração também devem aumentar a produção nos próximos meses. Esses fatores podem pressionar as cotações para baixo.

Os preços do boi gordo recuaram no primeiro semestre (gráfico 7). Considerando-se os últimos 12 meses, o Indicador Esalq/BM&FBovespa do boi gordo apresentou o recuo mais intenso (9,7%) desde o início da série do Cepea, em 1997. Os maiores investimentos realizados por pecuaristas em períodos anteriores resultaram em ganhos de produtividade e na maior disponibilidade de fêmeas para abate no início de 2017. Este cenário, do lado da produção, e a demanda ainda sem fôlego para absorver o excedente produzido pressionaram as cotações já no início do ano. Após a operação Carne Fraca e os recentes desdobramentos políticos e econômicos da delação relacionada à empresa JBS S. A., a principal indústria do setor reduziu expressivamente o volume de animais abatidos. Com isso, a necessidade das indústrias concorrentes foi rapidamente atendida, permitindo que estes agentes tivessem mais poder de negociação com o produtor. Em resumo, o aumento da oferta de animais gordos se deparou com a retração da maior indústria do setor. Caso isso não houvesse ocorrido, a queda provavelmente não teria sido tão abrupta. Para o consumidor, o volume de carne foi menor, o que limitou as baixas de preço.

No caso da carne suína, depois de os preços chegarem a níveis recordes nominais em fevereiro de 2017 (com alta de 20,9% em relação ao ano anterior), com os des-

dobramentos da Operação Carne Fraca, houve forte recuo (gráfico 8). A retração na demanda interna foi mais pontual, ao passo que as exportações recuaram com mais intensidade. Além disso, algumas integradoras diminuíram o volume de abate e passaram a ofertar animais de contrato no mercado independente, pressionando ainda mais as cotações.

GRÁFICO 7
Preço da arroba
(em R$/arroba)



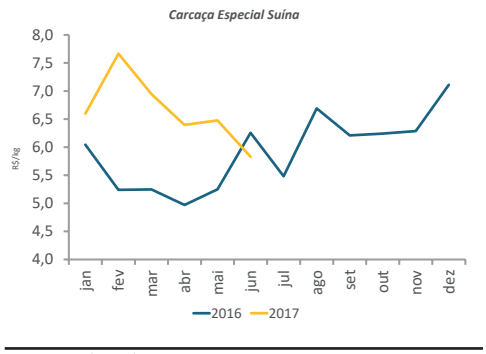
Fonte: Cepea/Esalq/USP

Perspectivas quanto ao boi

As perspectivas são incertas. A produção de carne bovina entra no seu período da entressafra e espera-se um menor volume de animais confinados. Caso isso ocorra e as exportações sigam firmes, pode haver reação nos preços. Ressalta-se que, naturalmente, a tendência é de aumento dos preços na entressafra (meses de outubro e novembro).

Quanto à carne de frango, houve relativa estabilidade nominal (-3%), mas, em termos reais, os valores em junho de 2017 foram os menores desde junho de 2011. Com as demandas internas e externas desaquecidas, agravadas pela Operação Carne Fraca, o setor avícola reduziu o alojamento de animais, buscando controlar a disponibilidade interna de carne e sustentar os preços.

GRÁFICO 8
Carcaça Especial Suína no Atacado da Grande São Paulo
(R$/kg)



Fonte: Cepea/Esalq/USP

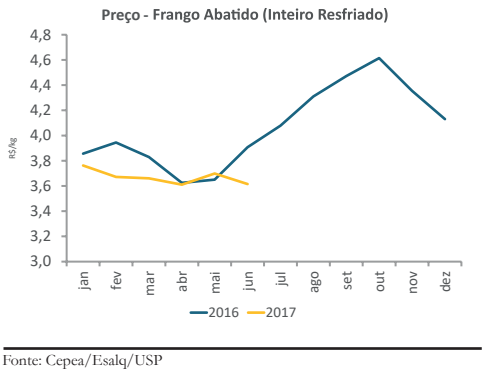
Perspectivas para a carne suína

Historicamente, os preços tendem a reagir no segundo semestre, com maior nível de exportações e aquecimento do mercado interno nos últimos meses do ano. Em 2017, o resultado dependerá do restabelecimento da consistência no ritmo de vendas ao exterior. No Brasil, o mercado de suínos evolui vinculado ao mercado de carne bovina; assim, seu comportamento no segundo semestre dependerá, em parte, dos rumos do mercado do boi.

De modo geral, os mercados agropecuários foram marcados por expansão de oferta. Principalmente nas lavouras, as condições climáticas avaliadas até o momento têm sido favoráveis, o que, aliado ao movimento geral de expansão de área, tem levado a essas boas perspectivas para a safra no ano. Como resultado das boas produtividades no campo e de uma demanda doméstica ainda bastante enfraquecida, o movimento geral para os preços foi de retração no primeiro semestre de 2017.

Esse cenário reflete-se no desempenho macroeconômico do agronegócio esperado para o ano, tema a ser abordado na próxima subseção.

GRÁFICO 9
Frango Abatido (Inteiro Resfriado) no estado de São Paulo
(R$/kg)



Fonte: Cepea/Esalq/USP

Perspectivas para a carne de frango
Sazonalmente, os preços da carne de frango se elevam no segundo semestre, estimulados pelo maior ritmo de exportações. Em 2017, após a Operação Carne Fraca, as indústrias brasileiras têm restabelecido a confiança do mercado internacional, e o bom nível de embarques deve se manter no segundo semestre. O cenário desenhado após casos de influenza em outros países segue favorecendo o Brasil.

2 Produção e Emprego no Agronegócio: Insumos, Primário, Agroindústria e Agrosserviços[2]

As estimativas contemplando informações do primeiro quadrimestre de 2017 (período mais recente de atualização dos cálculos) apontam para um crescimento interanual de 3,9% no PIB-volume do agronegócio (tabela 1), conforme os cálculos do Cepea/Esalq/USP feitos em parceria com a CNA. Entre os segmentos do setor, o grande destaque é o primário, ou a agropecuária, para o qual o crescimento estimado do PIB-volume é de expressivos 13%. Como detalhado no tópico anterior, o clima favorável ao longo do ano, a tendência de normalidade da produtividade do setor, assim como o baixo patamar da safra passada (diante das fortes quebras registradas em 2015/2016), levaram a este resultado.

O *agronegócio* é entendido como a soma de quatro segmentos: insumos para a agropecuária; produção agropecuária básica, ou primária; agroindústria (processamento); e agrosserviços.

O desempenho fortemente positivo da agropecuária, por sua vez, reflete-se nos demais segmentos do agronegócio, impulsionando o seu crescimento: alta de 2,6% para insumos e de 2,2% para os agrosserviços. Apenas para a agroindústria a taxa anual estimada é de redução do PIB-volume, de 1,7%, seguindo a tendência observada para a indústria de transformação como um todo. Pressionaram o resultado agregado agroindustrial, principalmente, o menor volume produzido de biocom-

2 Esta seção foi produzida por Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros, Me. Nicole Rennó Castro, Me. Leandro Gilio, Dr. Arlei Luiz Fachinello e Dra. Adriana Ferreira Silva – todos do Cepea/Esalq/USP.

bustíveis, produtos amiláceos e conservas de frutas, legumes e outros vegetais no ramo agrícola, e abate de bovinos e suínos no ramo pecuário.

TABELA 1
Variação interanual estimada para o PIB-volume
(janeiro a abril de 2017)

PIB-VOLUME			
Agronegócio +3,9%			
Segmentos:			
Insumos	Primário	Agroindústria	Agrosserviços
2,6%	13%	-1,7%	2,2%

Fonte: Cepea/USP e CNA, com base em dados próprios e IBGE, Conab, ANDA, Sindiveg e ANFAVEA

Apesar do crescimento relevante em volume, relativamente alto frente à média da economia – que recuou 0,4% na comparação entre os primeiros trimestres de 2017 e de 2016, segundo dados do IBGE –, os preços do agronegócio cresceram a taxas inferiores às dos preços médios da economia nesse primeiro quadrimestre, representando perda em termos de preços relativos para o setor. Como se observa na tabela 2, na comparação entre o primeiro quadrimestre de 2017 e o mesmo período de 2016, os preços do agronegócio cresceram 3,7% menos que o deflator do PIB nacional, de modo que o PIB-renda do setor – para o qual se deflaciona o PIB nominal pelo deflator do PIB nacional – se mantém praticamente estável, com variação anual estimada de +0,1%.

TABELA 2
Variação interanual estimada para o PIB-renda e os Preços Relativos do agronegócio
(janeiro a abril de 2017)

	Preços Relativos*	PIB-renda do Agronegócio
Agronegócio Total	-3,7%	0,1%
- Insumos	-2,3%	0,2%
- Primário (Agropecuária)	-1,2%	11,7%
- Agroindústria	-5,9%	-7,5%
- Agrosserviços	-4,1%	-2,0%

*comparação entre os deflatores do PIB do agronegócio e do PIB da economia toda.
Fonte: Cepea/USP e CNA.

Pela ótica dos segmentos, na sua totalidade, verificou-se redução dos preços relativos, mais acentuada na agroindústria, para a qual a queda foi de 5,9%. As menores cotações da carne bovina e de aves na indústria pecuária, e dos biocombustíveis e óleos vegetais na indústria agrícola, foram os principais responsáveis pela pressão sobre os preços médios do segmento. Nesse cenário, quando se analisa a renda gerada pelos segmentos do agronegócio, tem-se relativa estabilidade no segmento de insumos, aumento relevante no primário (via volume), e reduções para agroindústria e agrosserviços. Em tendência contrária à do PIB-volume, o total de pessoas ocupadas[3] no agronegócio decresceu 3,9% entre o primeiro trimestre de 2017 e o mesmo trimestre do ano passado – passando de cerca de 18,7 para 18,05 milhões de pessoas. Dentro do agronegócio, a maior redução no total de ocupados se deu

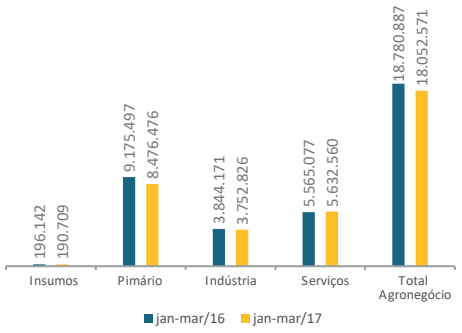
3 Seguindo procedimento do IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, as estimativas para o mercado de trabalho do agronegócio feitas pelo Cepea, não considera como pessoa ocupada aqueles que desenvolveram trabalhos na produção exclusivamente para o próprio consumo.

no segmento primário, com cerca de 700 mil ocupações a menos (-7,6%) no primeiro trimestre de 2017. Como apontado em Barros et al. (2016)[4], a lógica de geração de postos de trabalho difere da lógica da geração de valor na agricultura nacional. Por exemplo, culturas representando 70% do valor bruto da produção agrícola (VBP) empregaram apenas 32% do pessoal ocupado nessas atividades em 2016. A soja, com 34% do VBP, empregou apenas 4,7%. Desse modo, diante da diversidade socioeconômica e tecnológica na agropecuária nacional, não se espera uma associação importante entre as oscilações do PIB e do pessoal ocupado no setor.

De acordo com informações do IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral), a redução do número de pessoas ocupadas nas atividades da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, na comparação entre os primeiros trimestres de 2017 e de 2016, se deu majoritariamente no Nordeste – que respondeu por mais de 70% da redução observada. Ao mesmo tempo, informações da Conab apontam para um aumento de 85% na produção de grãos da região para a safra 2016/2017.

De modo geral, há indicativos de que, provavelmente, a redução do pessoal ocupado se deu principalmente entre trabalhadores vinculados a atividades de menor importância econômica, localizados majoritariamente no Nordeste. Menciona-se ainda que, para o Brasil, a relevante expansão do PIB-volume agrícola atrela-se principalmente à recuperação da produtividade no campo e, em menor medida, à expansão da área. Segundo a Conab, para a produção de grãos, estima-se incremento de 27,1% frente à safra anterior. Essa elevação decorre de uma produtividade média 22,3% maior, e de um aumento de 3,9% na área. O gráfico 10 sumariza as informações sobre o pessoal ocupado no agronegócio e em seus segmentos para os trimestres comparados.

GRÁFICO 10
Total de pessoas ocupadas no agronegócio e em seus segmentos nos primeiros trimestres de 2016 e de 2017



Fonte: Cepea/USP, a partir de dados da PNAD Contínua Trimestral (IBGE)

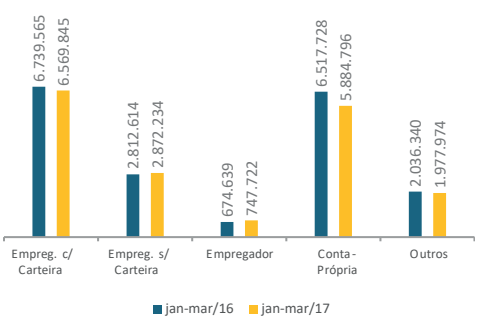
Para os elos industriais do setor, as reduções na ocupação foram semelhantes: de 2,8% para o segmento de insumos de 2,4% para a agroindústria. Apenas no segmento de serviços registrou-se crescimento, de 1,2%, no total de pessoas ocupadas (gráfico 10). Comparativamente ao restante da economia, a redução no número de pessoas ocupadas foi maior no agronegócio, sendo que, para o total do país, foi de -1,9% (passando de 90,6 milhões para 88,9 milhões de pessoas).

4 BARROS, G.S.C.; CASTRO, N.R.; GILIO, L; ALMEIDA, A.N. O mercado de trabalho do agronegócio brasileiro – estrutura e perfil. 54º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER. Anais... Maceió-AL, 14 a 17 de agosto de 2016.

Dentro do agronegócio, considerando-se as posições na ocupação e categorias de emprego, a redução mais relevante em termos de população ocupada se deu para os trabalhadores por conta própria (sobretudo no segmento primário), com cerca de 630 mil pessoas a menos, ou -9,7%. Porém, também se sobressaiu a redução no total daqueles com carteira assinada, de quase 170 mil, ou -2,5% (gráfico 11 e 12).

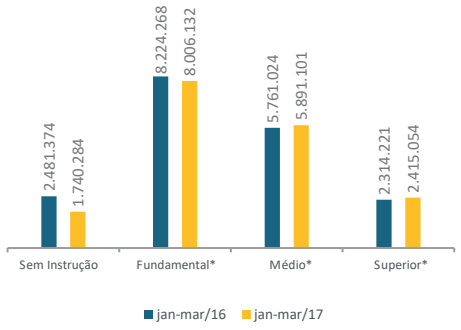
Por outro ângulo, grande parte da redução dos postos de trabalho concentrou-se nos grupos com menor escolaridade, principalmente pessoas ocupadas sem qualquer instrução. No outro extremo, no primeiro trimestre de 2017, mais pessoas com ensino médio (completo) e, principalmente, com ensino superior (completo ou incompleto) ocuparam-se no agronegócio (gráfico 11 e 12).

GRÁFICO 11
Pessoas Ocupadas no Agronegócio
(por Posição na Ocupação)



Fonte: IBGE. Elaboração: SPA/Mapa

GRÁFICO 12
Pessoas Ocupadas no Agronegócio
(por Nível de Instrução)



Fonte: IBGE. Elaboração: SPA/Mapa

Apesar da redução no número de pessoas ocupadas, na comparação entre os primeiros trimestres de 2016 e de 2017, verificou-se, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Trimestral, ganho real nos rendimentos médios auferidos pelos ocupados no agronegócio, de 3,5% para os empregados (chegando a R$ 1.664)[5], 4% para os empregadores (chegando a R$ 5.260) e 2,9% para os trabalhadores atuando por conta própria (chegando a R$ 1.192). Entre os empregados no setor, o ganho salarial mais relevante ocorreu no segmento primário agrícola (+16%) – sendo importante, porém, mencionar o nível reduzido dos salários médios desse segmento frente aos demais empregados no agronegócio (R$ 1.028 no primeiro trimestre de 2017, e R$ 887 no primeiro trimestre de 2016).

3 PIB Agropecuário: Indicador Mensal e Previsão para 2017[6]

Embora apresente uma participação relativamente modesta no PIB, o setor agropecuário se caracteriza por um alto nível de encadeamento com outros setores produtivos – como demonstrado na seção anterior. Por estar o setor sujeito a choques

5 Deflacionados pelo IPCA, a preços de fevereiro de 2017. Lembra-se que o IPCA cresceu bem menos que os preços do agronegócio.
6 Subseção elaborada por Leonardo Melo de Carvalho e Marco Antônio F. H. Cavalcanti, ambos da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

de oferta, suas oscilações bruscas podem ter impactos significativos nas previsões para o PIB agregado – como ocorre neste ano. Por isso, o Ipea inicia nesta edição da Carta de Conjuntura a divulgação do seu indicador mensal de PIB agropecuário, tendo como principal objetivo possibilitar uma análise mais tempestiva e ampliar o debate a respeito da dinâmica conjuntural do setor e de seus impactos para as previsões do PIB agregado da economia brasileira.

De maneira resumida, o indicador é calculado em volume, tendo como base um conjunto de produtos agropecuários, selecionados por sua relevância econômica no Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (SCNT) do IBGE. Entre aqueles provenientes da lavoura, as taxas de variação das quantidades têm como fonte de informação o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do IBGE. Para o acompanhamento mensal, distribui-se a produção anual informada pelo LSPA, utilizando-se o chamado perfil sazonal mensal da colheita, obtido no Censo Agropecuário, também divulgado pelo IBGE. Em relação à produção da pecuária, as informações sobre bovinos e outros animais vivos, leite, ovos de galinha, pesca e aquicultura têm como fonte pesquisas mensais do IBGE. Devido a uma defasagem nas suas divulgações, que, em geral, ocorrem trimestralmente, foram construídos modelos econométricos de séries de tempo para a estimação desses grupos. Por fim, os produtos obtidos do extrativismo vegetal e da silvicultura foram classificados em produtos da exploração florestal e da silvicultura, tendo como fonte a Pesquisa Industrial Mensal – PF, segundo a classificação do Sistema de Contas Nacionais (SCN). Assim como no grupo anterior, foram estimados os últimos meses da série, devido à sua divulgação ser defasada. Feito isso, o cálculo do índice de volume da atividade agropecuária é obtido pela soma dos índices dos subgrupos em base móvel, ponderada pelo valor de produção no SCN do ano anterior. Por último, o índice já em base fixa é submetido a um processo de desagregação temporal (Denton), para que as suas médias trimestrais sigam a dinâmica presente no indicador do PIB agropecuário, divulgado no SCNT.

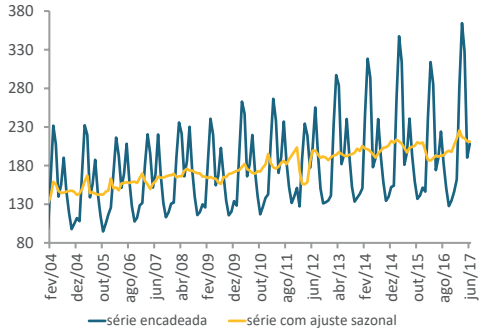
Atualizando o conjunto de informações disponível, o indicador foi calculado até o mês de junho de 2017 (ver gráfico 13). Após o excelente desempenho verificado noprimeiro trimestre de 2017, quando registrou crescimento de 13,4% ante o período anterior, o indicador apresentou desaceleração ao longo do segundo trimestre. A queda de 0,2% na passagem entre os meses de maio e junho na comparação com ajuste sazonal foi a quarta variação negativa consecutiva. Com isso, influenciado em grande medida pela elevada base de comparação dos primeiros três meses do ano, o segundo trimestre registrou queda de 2,9% na margem. Já na comparação com o mesmo período do ano anterior, os resultados continuam bastante positivos. A alta de 9,6% em junho foi a sexta consecutiva, encerrando o segundo trimestre com crescimento de 11,7%. Com isso, a agropecuária acumulou avanço de 13,5% nos primeiros seis meses do ano (ver tabela 3).

TABELA 3
Índices de volume da produção agropecuária
(variação %)

	Mês/Mês anterior dessazonalizado				Mês/Igual Mês do ano anterior				Acumulado	
	Abr17	Mai17	Jun17	TRI	Abr17	Mai17	Jun17	TRI	no ano	Em 12 Meses
Agropecuária	-0,6	-1,8	-0,2	-2,9	14,7	9,3	9,6	11,7	13,5	5,3
Lavoura	-0,6	-1,3	-0,6	-4,3	18,1	15,9	14,0	16,5	19,2	9,5
Outros	5,4	-7,3	4,5	1,4	-0,1	-0,1	2,0	0,6	-0,5	-3,2

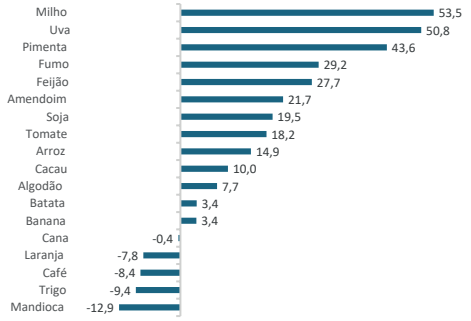
Fonte: IBGE. Elaboração: Ipea/Dimac

GRÁFICO 13
Indicador Ipea de PIB Agropecuário (fev-2004-jun./2017)
(Índice)



Fonte: IBGE. Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea

GRÁFICO 14
Principais produtos da lavoura – crescimento projetado em 2017
(em %)



Fonte: IBGE/LSPA. Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea

O Ipea estima alta de 10,9% para o PIB agropecuário em 2017

Com base em modelos econométricos de séries de tempo, e levando em conta as estimativas do IBGE para o resultado da lavoura em 2017 (LSPA), o Ipea estima alta de 10,9% para o PIB agropecuário em 2017. Entre os principais componentes, destacaram-se as safras de milho e soja, com estimativas de crescimento de 53,5% e 19,5%, respectivamente (ver gráfico 14).

4 Evolução regional das atividades agropecuárias[7]

O valor bruto da produção agropecuária (VBP) de 2017, calculado com base nos levantamentos de julho, está estimado em R$ 535,4 bilhões, 4,5 % acima do obtido em 2016, que foi de R$ 512,5 bilhões. As lavouras correspondem a R$ 367,9 bilhões, e a pecuária, a R$ 167,5 bilhões. O crescimento do valor real das lavouras é de 10,2%, enquanto a pecuária apresenta um recuo de 6,3%. Como o ano agrícola está quase encerrado para a maior parte das lavouras, não deve haver mudanças acentuadas daqui até o final do ano.

7 Esta seção foi produzida por José Garcia Gasques (Secretaria de Política Agrícola – SPA/Mapa).

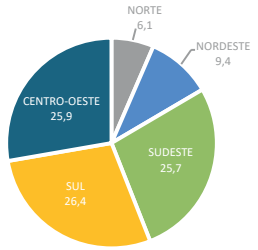
Enquanto no ano passado os preços agrícolas foram decisivos na formação do valor da produção, neste ano o fator mais importante na composição do valor é a produtividade. Isto acontece pela possibilidade de obtenção de safra recorde de grãos, estimada em 238,2 milhões de toneladas pela Conab, e de 242,1 milhões pelo IBGE. A expansão de área e os preços têm importância menor na composição do valor de 2017.

De uma lista de produtos que têm apresentado melhores resultados, destacam-se o algodão, com aumento real de 75,6 % no valor; a laranja, 25,2 %; o milho, 19,3 %; a soja, 2,3 %; e a cana-de-açúcar, 46,4%. O valor da produção de soja, R$ 115,6 bilhões, corresponde a 31,4 % do VBP total, mas houve anos nos quais essa participação foi maior, como em 2015 e 2016. Pode-se dizer que milho, soja e cana-de-açúcar têm sustentado o crescimento do faturamento do setor. A mudança da fonte de dados de preços (FGV para Conab), pode ter afetado os resultados de algodão, batata-inglesa, cana-de-açúcar e mandioca.

Na pecuária, suínos e leite, que têm se beneficiado de algum aumento de preços ao produtor, são os principais destaques. Por outro lado, carne bovina, de frango e ovos têm tido retração de preços, e isso tem resultado em menor faturamento dessas atividades.

Há um grupo de produtos das lavouras que vêm apresentando desempenho pior do que no ano passado. Isto se deve a menores níveis de produção ou de preços, ou de ambos. Mas este ano, para a maior parte desse grupo, como banana, batata-inglesa, cacau, cebola, feijão e maçã, a principal razão da retração são preços menores que em 2016. Em alguns, como café e trigo, há uma combinação de preços mais baixos e quantidades.

GRÁFICO 15
Participação Percentual do VBP - Regiões Brasil - 2017



Fonte: IBGE/LSPA. Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea

Os valores da produção regional mostram a liderança do Sul, com o VBP de R$ 141,3 bilhões, seguida pelo Centro-Oeste, R$ 138,6 bilhões, Sudeste, R$ 137,5 bilhões, Nordeste, R$ 50,1 bilhões, e Norte, R$ 32,5 bilhões. Os estados de São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás e Bahia representam, conjuntamente, 70,5 do VBP deste ano (tabelas A1 e A2 do anexo).

5 Comércio Externo de Produtos Agropecuários[8]

A análise do comércio exterior de produtos agropecuários toma por base os produtos classificados dentro da CNAE pertencentes à Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (Seção 2 da CNAE). Em seguida, são analisados os Principais Produtos de Exportação (PPE) e Principais Produtos de Importação (PPI).

As tabelas 3 e 4 apresentam os dados de exportação dos sete principais produtos e do total no acumulado do ano até julho de 2015, 2016 e 2017, tanto em valor quanto em quantidade. Os movimentos foram bastante distintos entre os vários produtos. Enquanto a soja e o café apresentam crescimentos de 17,7% e 7,3 % (em valor), respectivamente, os demais apresentaram redução no crescimento, em comparação ao mesmo período de 2016. Em alguns casos, a queda foi expressiva, tal como no milho (-59,3%) e no algodão (-46,2%). Vale ressaltar que, neste ano, quando comparado a 2016, houve atraso considerável nos embarques. Mas, a partir de maio, as exportações passaram a crescer fortemente, o que indica que deve haver continuidade dessa trajetória para o resto do ano, uma vez que a previsão de crescimento da safra de milho é em torno de 53%, principalmente em razão da segunda safra, que é a maior e deve crescer 70%. Com relação a 2015, as exportações dos principais produtos aumentaram 8,1%, sendo que o crescimento ficou concentrado na soja, com aumento de 22,1%.

Teriam sido esses resultados influenciados pelos preços dos produtos? De acordo com a tabela 4, as exportações de soja, em quantidade, cresceram 14,9% e 25,2%, com relação aos anos de 2016 e de 2015, respectivamente. Esses percentuais foram bem semelhantes aos registrados para os valores. Isto indica que as variações de preços não influenciaram muito as exportações deste produto. Boa parte deste aumento vem do crescimento da demanda chinesa, que compra cerca de três quartos das exportações brasileiras de soja. Vale mencionar também que, a valer o verificado nos anos anteriores, cerca de 80% das exportações do ano já devem ter sido embarcadas até o final de julho.

No caso do café, por outro lado, houve uma redução de 7,1% da quantidade exportada, indicando que os preços de exportação se elevaram no período. Para este produto, não há grande variabilidade dos valores exportados ao longo do ano, ainda que se observe uma concentração um pouco maior no segundo semestre. Por seu turno, com relação a 2015, todos os demais produtos, à exceção da pimenta em grão, tiveram queda nas quantidades embarcadas. As projeções mais recentes do Departamento Americano de Agricultura (U. S. Department of Agriculture – USDA) indicam aumento dos preços da soja e relativa estabilidade dos preços do milho até o final do ano.

As tabelas 5 e 6 mostram os dados de valores e quantidades importadas dos prin-

8 Esta seção foi produzida por Marcelo José Braga Nonnenberg (Dimac/Ipea) com o auxílio de Rogério Edivaldo Freitas.

cipais produtos no acumulado do ano até julho, nos três últimos anos. No total, as importações aumentaram 7,8% com relação ao mesmo período do ano passado e 15% em relação a 2015. As importações de trigo, que é o produto mais importante, cresceram muito pouco este ano – apenas 1,7% em valor e 6,6% em quantidade, em relação a 2016. Por sua vez, com relação a 2015, houve uma queda de 11,2% em valor, mas um aumento de 18,8% em quantidade, indicando uma forte queda dos preços. Deve-se mencionar que a previsão é que a colheita nacional de trigo caia 9% este ano. Portanto, é possível esperar um aumento ainda maior das importações deste produto no resto do ano. Para 2017, as previsões do USDA são de alguma elevação dos preços, o que permite supor que as importações cresçam a um ritmo um pouco superior no restante do ano, ainda mais porque a safra brasileira em 2017 deverá ser um pouco inferior à do ano passado.

TABELA 4
Valores e Variação das Exportações – Principais Produtos de Exportação
(Em US$ milhões e % - Acumulado no ano até julho)

PPE	2015	2016	2017	2017/2015	2017/2016
Soja mesmo triturada	15.726	16.316	19.204	22,1%	17,7%
Café cru em grão	3.261	2.381	2.554	-21,7%	7,3%
Milho em grãos	1.213	2.213	901	-25,7%	-59,3%
Fumo em folhas e desperdícios	1.096	996	831	-24,2%	-16,6%
Algodão em bruto	402	538	289	-28,0%	-46,2%
Pimenta em grão	146	139	138	-5,8%	-1,0%
Arroz em grãos, inclusive arroz quebrado	180	173	128	-29,2%	-26,4%
Demais produtos	1.108	887	962	-13,2%	8,4%
Total Geral	**23.134**	**23.645**	**25.006**	**8,1%**	**5,8%**

Fonte dos dados básicos: Secex/MDIC; Elaboração: Ipea/Dimac

TABELA 5
Quantidades e Variação das Exportações – Principais Produtos de Exportação
(Em milhões de kg e % - Acumulado no ano até julho)

PPE	2015	2016	2017	2017/2015	2017/2016
Soja mesmo triturada	40.689	44.355	50.945	25,2%	14,9%
Café cru em grão	1.106	968	899	-18,7%	-7,1%
Milho em grãos	6.591	13.295	5.532	-16,1%	-58,4%
Fumo em folhas e desperdícios	244	237	189	-22,6%	-20,3%
Algodão em bruto	263	368	170	-35,2%	-53,7%
Pimenta em grão	16	16	24	50,8%	45,1%
Arroz em grãos, inclusive arroz quebrado	417	524	319	-23,4%	-39,1%
Demais produtos	2.047	1.349	1.273	-37,8%	-5,7%
Total Geral	**51.372**	**61.112**	**59.351**	**15,5%**	**-2,9%**

Fonte dos dados básicos: Secex/MDIC; Elaboração: Ipea/Dimac

As importações dos outros produtos constantes das tabelas 5 e 6 também apresentam forte crescimento no acumulado do ano, à exceção de alho, tanto com relação a 2016 quanto com relação a 2015. Mas os dados em quantidade mostram um quadro mais heterogêneo e, no geral, um forte aumento de preços. Por exemplo, enquanto as importações de salmões, em valor, aumentaram 38,9%, as importações em quantidade cresceram apenas 9,1%. Ao mesmo tempo, as importações de borracha natural cresceram 47,7% em valor e praticamente não aumentaram em quantidade. Por outro lado, as importações de arroz cresceram fortemente, tanto em valor como em quantidade.

TABELA 6
Valores e Variação das Importações – Principais Produtos de Importação
(Em US$ milhões e % - Acumulado no ano até julho)

PPI	2015	2016	2017	2017/2015	2017/2016
Trigo em grãos	750	654	666	-11,2%	1,7%
Salmões-do-pacífico, etc.frescos,refrig.exc.filés,etc.	224	221	308	37,1%	38,9%
Borracha natural,balata,guta-percha,guaiule,chicle,etc.	223	159	234	5,1%	47,7%
Arroz em grãos, inclusive arroz quebrado	100	120	213	112,3%	77,7%
Alhos comuns, frescos ou refrigerados	111	213	192	72,7%	-9,6%
Milho em grãos	25	129	153	513,3%	18,2%
Cevada em grãos	90	100	119	32,2%	19,5%
Demais produtos	522	586	468	-10,4%	-20,2%
Total Geral	**2.046**	**2.183**	**2.353**	**15,0%**	**7,8%**

Fonte dos dados básicos: Secex/MDIC; Elaboração: Ipea/Dimac

TABELA 7
Quantidade e Variação das Importações – Principais Produtos de Importação
(Em US$ milhões de kg e % - Acumulado no ano até julho)

PPI	2015	2016	2017	2017/2015	2017/2016
Trigo em grãos	3.022	3.370	3.592	18,8%	6,6%
Salmões-do-pacífico, etc.frescos,refrig.exc.filés,etc.	44	36	40	-9,8%	9,1%
Borracha natural,balata,guta-percha,guaiule,chicle,etc.	140	121	121	-13,6%	0,1%
Arroz em grãos, inclusive arroz quebrado	228	343	556	144,3%	62,1%
Alhos comuns, frescos ou refrigerados	109	116	84	-22,8%	-27,5%
Milho em grãos	191	792	855	348,7%	8,0%
Cevada em grãos	294	382	489	66,4%	28,1%
Demais produtos	757	896	563	-25,6%	-37,2%
Total Geral	**4.785**	**6.057**	**6.301**	**31,7%**	**4,0%**

Fonte dos dados básicos: Secex/MDIC; Elaboração: Ipea/Dimac

6 Seguro Rural[9]

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) tem se consolidado como uma importante ferramenta de gestão de riscos, auxiliando milhares de produtores a contratar seguro como forma de proteção contra as perdas financeiras decorrentes de sinistros. Ao conceder subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, o governo federal arca com parte dos custos de aquisição da apólice, tornando-a mais acessível aos produtores rurais. Entre 2006 e 2016, o número de produtores atendidos pelo programa passou de 16 para 48 mil, a área segurada de 1,8 milhão para 5,5 milhões de hectares, enquanto o valor segurado quase quintuplicou no período, de R$ 2,9 para R$ 13,0 bilhões.

Os indicadores de desempenho mostram que o PSR tem sido importante para a consolidação do mercado de seguro rural no Brasil. Ou seja, a subvenção federal tem auxiliado na expansão do volume de capitais segurados e no aumento da adesão de produtores e seguradoras ao seguro rural como um todo, conforme pode ser observado na tabela 8.

Embora tenha crescido ao longo dos anos, mesmo que de forma descontínua, o

9 Esta seção foi produzida por Simone Yuri Ramos (Secretaria de Política Agrícola – SPA/Mapa) e Vitor Augusto Ozaki (Secretaria de Política Agrícola – SPA/Mapa).

volume de recursos disponibilizados para a execução do PSR ainda é reduzido, o que pode ser confirmado pela observação de indicadores como valor bruto da produção agropecuária e área plantada. Em 2014, por exemplo, quando houve maior participação da importância segurada no faturamento do setor, a razão entre valor bruto da produção (VBP) e importância segurada (IS) foi de 3,5%, considerando que o VBP estimado pelo Mapa atingiu R$ 523,80 bilhões naquele ano. Por sua vez, a razão entre área segurada (AS) e área plantada (AP) indicou um grau de cobertura maior do programa. No caso dos grãos, a razão AS/AP chegou a 15,4% naquele ano, de acordo com dados levantados pela Conab. Isto evidencia o grande potencial de ampliação do alcance do PSR, que poderá proporcionar proteção mais efetiva das atividades agropecuárias.

TABELA 8
Indicadores de desempenho do PSR, 2011 a 2016.

Indicador	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Δ% (2016/2015)
Produtores Atendidos (mil produtores)	39,9	43,5	65,5	73,5	27,7	47,7	72,4%
Apólices Contratadas (mil unidades)	57	63,1	101,7	117,6	39,9	74,8	87,5%
Área Segurada (milhão de ha)	4,5	5,2	9,8	9,9	2,6	5,5	107,7%
Capitais Segurados (R$ milhão)	7.220,7	8.724,7	16.810,1	18.502,5	5.424,6	12.965,9	139,0%
Prêmio Arrecadado (R$ milhão)	455	564,4	998,5	1.228,90	462,5	915,4	97,9%
Subvenção Federal (R$ milhão)	249,2	318	556,5	689,1	276,9	389,6	40,7%

Fonte: Deger/SPA/Mapa. Posição em 26/07/2017

Em 2016, o Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR), que é instância decisória do PSR, introduziu alterações operacionais importantes no programa, no intuito de torna-lo mais efetivo. A principal medida foi a redefinição dos percentuais de subvenção constantes do Plano Trienal do Seguro Rural para o período 2016-2018. Considerando o cenário de ajuste fiscal, o CGSR julgou necessário adequar os percentuais e limites de subvenção à realidade vigente, visando alcançar um número maior de beneficiários com os recursos disponíveis e, dessa forma, manter a trajetória de crescimento do programa. Assim, os percentuais de subvenção passaram a variar entre 35% e 45% do valor do prêmio do seguro, enquanto o limite individual, por ano civil, passou a ser de R$ 72 mil para a modalidade agrícola e R$ 24 mil para as demais modalidades (tabela 9).

No ano passado, o PSR contou com orçamento de R$ 400 milhões, 41% acima do valor disponibilizado em 2015. A maior dotação orçamentária, juntamente com a alteração dos percentuais de subvenção, permitiu a recomposição dos indicadores do programa. Cabe destacar que a restrição fiscal e o contingenciamento das despesas do governo federal no ano de 2015, com consequente redução no valor das subvenções, interrompeu a trajetória de crescimento do PSR.

De modo geral, em 2016, foi mantida a tendência no destino dos recursos alocados à subvenção do prêmio do seguro rural, seja em termos geográficos, seja no tocante às atividades amparadas pelo PSR. As atividades que mais demandaram subvenção foram as relacionadas à produção de grãos e frutas, que responderam por, respectivamente, 76,3% e 17,9% das subvenções concedidas ao produtor. As demais, incluídas as espécies olerícolas, a pecuária, a cana-de-açúcar, o café e as

florestas, absorveram apenas 5,8% das subvenções (tabela 10).

TABELA 9
Percentuais de subvenção e limites financeiros adotados no triênio 2016-2018

Modalidades de Seguro	Grupos de Atividades	Tipo de Cobertura	Nível de Cobertura	Subvenção	Limites Anuais (R$)
Agrícola	Grãos	Multirrisco	60%-65%	45%	R$ 72 mil
			70%-75%	40%	
			>80%	35%	
		Riscos Nomeados	---	35%	
	Frutas, Olerícolas, Café e Cana-de-açúcar	---	---	45%	
Florestas	Silvicultura (Florestas plantadas)	---	---	45%	R$ 24 mil
Pecuário	Aves, bovinos, bubalinos, caprinos, equinos, ovinos e suínos				R$ 24 mil
Aquícola	Carcinicultura, maricultura e piscicultura				R$ 24 mil
Valor Máximo Subvencionável (CPF/ano)					R$ 144 mil

Fonte: Deger/SPA/Mapa

TABELA 10
Principais atividades amparadas pelo PSR em 2016

Atividade	Apólices Contratadas (mil unid.)	Área Segurada (mil ha)	Capitais Segurados (R$ milhão)	Prêmio Arrecadado (R$ milhão)	Subvenção Federal (R$ milhão)
Grãos	**56,4**	**5.278,7**	**10.176,7**	**695,9**	**297,2**
Soja	31,1	3.123,7	6.420,3	384,5	161,0
Trigo	7,9	530,4	733,8	92,6	42,2
Milho 2ª Safra	11,5	1.248,5	1.827,2	166,4	73,3
Demais grãos	5,9	376,1	1.195,3	52,4	20,7
Frutas	**12,8**	**55,5**	**1.464,6**	**167,3**	**69,8**
Maçã	2,4	18,1	613,8	89,4	34,8
Uva	8,6	29,9	693,1	57,1	25,6
Demais frutas	1,8	7,6	157,7	20,8	9,4
Demais Atividades	**5,6**	**163,5**	**1.324,6**	**52,2**	**22,6**
TOTAL	**74,8**	**5.497,7**	**12.965,9**	**915,4**	**389,6**

Fonte: Deger/SPA/Mapa. Posição em 26/07/2017

Entre os grãos, as subvenções destinaram-se principalmente à soja, ao trigo e ao milho/2a safra. Entre as frutas, os destaques foram a maçã e a uva. Em conjunto, estas cinco atividades geraram prêmios de seguro da ordem de R$ 790 milhões (86,6% do total), e subvenções federais de R$ 337 milhões (86,5% do total). As apólices de seguro rural negociadas nessas atividades garantiram a cobertura de quase 5 milhões de hectares, isto é, 90% da área total segurada, associados a uma importância de aproximadamente R$ 10 bilhões.

As operações realizadas no âmbito do PSR mostraram-se regionalmente concentradas, como pode ser visualizado na tabela 11. A região Sul destacou-se como principal destino das subvenções, consumindo cerca de 63,2% do volume de re-

cursos do programa, seguida das regiões Centro-Oeste (18,0%), Sudeste (16,6%), Nordeste (1,7%) e Norte (0,6%). Os principais estados atendidos pelo programa foram, pela ordem de grandeza, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina, para os quais foram alocados cerca de R$ 298 milhões, ou seja, 76,5% dos recursos destinados à subvenção do prêmio do seguro rural. Estes quatro estados foram responsáveis por 64,4% da área segurada no país, associada a uma importância de quase R$ 9 bilhões. O valor do prêmio arrecadado atingiu R$ 697 milhões, 76,2% do total.

TABELA 11
Regionalização das operações do PSR em 2016

Região	Apólices Contratadas (mil unid.)	Área Segurada (mil ha)	Capitais Segurados (R$ milhão)	Prêmio Arrecadado (R$ milhão)	Subvenção Federal (R$ milhão)
Norte	0,2	41,8	88,3	5,6	2,5
Nordeste	0,6	101,6	257,2	15,7	6,5
Sudeste	13,3	779,6	2.478,2	152,2	64,5
Sul	53,2	2.940,9	7.065,1	573,5	246,2
Centro-Oeste	7,5	1.633,7	3.077,2	168,3	70,0
BRASIL	74,8	5.497,7	12.965,9	915,4	389,6

Fonte: DEGER/SPA/MAPA. Posição em 26/07/2017

As operações de seguro rural amparadas pelo PSR foram realizadas por onze companhias seguradoras. Destas, as que mais contrataram operações foram, pela ordem, a Companhia de Seguros Aliança do Brasil, a Essor Seguros, a Sancor Seguros do Brasil e a Swiss Re, que responderam pela contratação de mais de 50 mil apólices, ou seja, 67,0% do total de apólices subvencionadas. As operações realizadas por estas empresas corresponderam a, respectivamente, 75,8% e 70,8% da área e da importância segurada em 2016. A subvenção federal destinada aos produtores que negociaram apólices com estas seguradoras somou R$ 284 milhões (tabela 12).

TABELA 12
Resultados do PSR, por seguradora, 2016

Seguradora	Apólices Contratadas (mil unid.)	Área Segurada (mil ha)	Capitais Segurados (R$ milhão)	Prêmio Arrecadado (R$ milhão)	Subvenção Federal (R$ milhão)
Aliança do Brasil	14,4	2.308,9	4.394,4	269,3	115,4
Essor	15,0	550,9	2.035,2	181,0	77,6
Sancor	10,3	583,7	1.190,3	105,3	46,9
Swiss Re	10,3	721,3	1.557,8	101,3	44,6
Mapfre	9,5	461,3	1.670,4	95,3	40,4
Allianz	7,7	593,1	1.193,4	76,4	33,7
Porto Seguro	2,4	9,2	260,7	30,2	13,6
Fairfax	2,5	158,6	363,3	24,6	10,9
Nobre	2,3	90,9	248,2	29,3	5,4
Excelsior	0,4	19,8	52,2	2,6	1,2
Tokio Marine	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	74,8	5.497,7	12.965,9	915,4	389,6

Fonte: DEGER/SPA/MAPA. Posição em 26/07/2017

Em termos de produtos de seguro, e considerando-se as quatro seguradoras que mais participaram do PSR, houve prevalência daqueles direcionados às principais atividades amparadas pelo Programa – soja, milho 2a safra, trigo, maçã e uva. As operações da Companhia de Seguros Aliança do Brasil destinaram-se, quase que

em sua totalidade, às atividades relacionadas à produção de grãos. As culturas do milho, da soja e do trigo responderam por 93,9% do total de subvenções concedidas aos produtores atendidos pela seguradora. Na Swiss Re, apenas milho 2a safra e soja corresponderam a 83,4% das subvenções. As operações da Sancor também privilegiaram os grãos: 83,1% das subvenções federais foram direcionadas aos produtores de soja, milho 2a safra e trigo atendidos pela companhia. Já a atuação da Essor privilegiou a fruticultura. Maçã e uva representaram 46,9% das subvenções concedidas via PSR aos produtores que negociaram apólices com esta seguradora. A tabela 13 mostra a participação das seguradoras que mais realizaram operações dentro do PSR nas principais atividades subvencionadas pelo programa.

TABELA 13
Participação das seguradoras nas principais culturas subvencionadas pelo PSR, 2016

Cultura	Aliança do Brasil	Essor	Sancor	Swiss Re	4 Maiores
Soja	32,9%	10,1%	14,5%	15,4%	72,9%
Milho 2ª safra	52,9%	2,2%	10,1%	17,0%	82,3%
Trigo	30,3%	22,0%	19,2%	10,1%	81,4%
Maçã	-	69,4%	17,1%	-	86,5%
Uva	-	47,9%	0,0%	-	47,9%

Fonte: DEGER/SPA/MAPA. Posição em 26/07/2017

Para 2017, o orçamento previsto para o PSR é de cerca de R$ 400 milhões, sendo que deste total foram executados, no primeiro semestre, aproximadamente R$ 90 milhões. Para o segundo semestre, a expectativa é de que sejam aplicados mais R$ 310 milhões.

No primeiro semestre, os recursos foram programados para atender principalmente às culturas de inverno, de modo que o milho 2a safra e o trigo absorveram 88,0% do montante disponibilizado para o período (tabela 14). Foram atendidos cerca de 12 mil produtores, garantindo a cobertura de aproximadamente 1 milhão de hectares, ocupados por culturas agrícolas, florestas e pecuária. Em valor, as apólices seguradas representaram cerca de R$ 2 bilhões, gerando prêmios de seguro da ordem de R$ 207 milhões. O Sul foi o destaque em termos de destinação das subvenções: a região consumiu 56,5% do valor subvencionado, respondendo por 67,6% das apólices contratadas, 51,4% da área segurada, 46,8% dos capitais segurados e 56,6% do prêmio total arrecadado no período (tabela 15).

TABELA 14
Atividades amparadas pelo PSR em 2017

Atividade	Apólices Contratadas	Área Segurada (ha)	Capitais Segurados (R$)	Prêmio Arrecadado (R$)	Subvenção Federal (R$)	Part. Subvenção
Milho 2ª safra	10.326	765.504	1.116.289.886	142.147.452	62.814.442	70,6%
Trigo	2.983	205.203	336.424.459	40.034.380	15.486.274	17,4%
Tomate	400	3.732	128.447.136	9.527.745	4.287.305	4,8%
Café	731	15.193	133.231.825	4.772.851	2.147.780	2,4%
Cebola	236	1.340	27.317.253	2.495.151	1.122.818	1,3%
Demais	994	71.702	246.943.206	7.585.577	3.153.818	3,5%
Total	15.670	1.062.673	1.988.653.765	206.563.157	89.012.437	100,0%

Fonte: Deger/SPA/Mapa. Posição em 26/07/2017

TABELA 15
Regionalização das operações do PSR em 2017

UF/Região	Apólices Contratadas	Área Segurada (ha)	Capitais Segurados (R$)	Prêmio Arrecadado (R$)	Subvenção Federal (R$)	Part. Subvenção
DF	3	546	953.749	66.762	30.043	0,0%
GO	406	127.672	117.444.790	8.337.046	3.733.914	4,2%
MS	699	125.303	185.965.843	22.079.161	9.828.452	11,0%
MT	165	52.271	68.940.552	5.745.351	2.579.057	2,9%
Centro-Oeste	**1.273**	**305.792**	**373.304.934**	**36.228.320**	**16.171.466**	18,2%
TO	1	981	4.800.000	95.445	24.000	0,0%
Norte	**1**	**981**	**4.800.000**	**95.445**	**24.000**	0,0%
AL	1	725	1.847.083	25.899	11.655	0,0%
BA	29	1.635	9.645.719	156.334	70.350	0,1%
MA	6	1.354	2.137.401	165.649	74.542	0,1%
PB	7	1.871	4.333.905	62.000	27.900	0,0%
PE	2	69	199.976	2.864	1.289	0,0%
Nordeste	**45**	**5.653**	**18.164.084**	**412.746**	**185.735**	0,2%
ES	169	3.685	23.822.984	494.787	222.653	0,3%
MG	653	34.008	179.499.319	7.957.475	3.516.980	4,0%
SP	2.942	165.971	458.268.469	44.362.042	18.627.519	20,9%
Sudeste	**3.764**	**203.664**	**661.590.771**	**52.814.304**	**22.367.152**	25,1%
PR	9.353	468.677	768.238.383	99.736.153	43.426.075	48,8%
RS	989	75.014	129.909.662	14.486.771	5.602.332	6,3%
SC	245	2.893	32.645.931	2.789.419	1.235.677	1,4%
SUL	**10.587**	**546.583**	**930.793.976**	**117.012.343**	**50.264.084**	56,5%
Total	**15.670**	**1.062.673**	**1.988.653.765**	**206.563.157**	**89.012.437**	100,0%

Fonte: Deger/Mapa. Posição em 26/07/2017

7 Crédito Rural[10]

Esta subseção trata do desempenho do crédito rural na safra 2016/2017 e da política de apoio creditício para a safra 2017/2018, referentes à agricultura empresarial (médios e grandes produtores), abrangendo o período de junho a julho.

Desempenho do crédito rural

Os recursos programados para o ano agrícola 2016/2017 foram de R$ 183,9 bilhões, sendo R$ 149,9 bilhões para custeio, comercialização e industrialização, e R$ 34 bilhões para investimento. Os financiamentos no âmbito do Sistema Nacional de Crédito Rural efetuados no ano agrícola corrente somaram R$ 137,25 bilhões, em 554.138 operações, contra R$ 143,9 bilhões, em 641.738 operações, no ano agrícola 2015/2016.

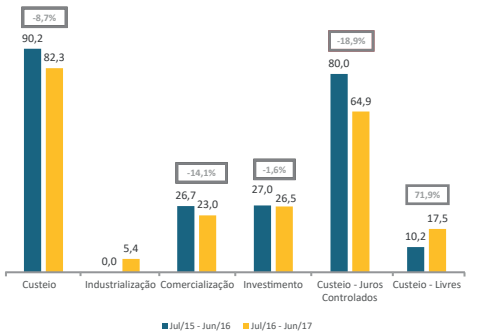
Os desembolsos relativos à programação dos recursos foram os seguintes: 74% dos recursos programados para o agregado de custeio, comercialização e industrialização foram aplicados, 78% para investimento, e 75% dos recursos programados foram aplicados quando considerado o total dos recursos, sendo que, em 2015/2016, os percentuais de desembolsos relativamente à programação dos recursos foram de 78%, 71% e 77%, respectivamente.

Para cada finalidade, na comparação entre os períodos analisados, houve quedas de 8,7% no custeio, de 14,1% na comercialização e de 1,6% nos investimentos. É importante ressaltar que, a partir do ano agrícola 2015/2016, o funding do crédito

10 Esta seção foi produzida por Antônio Luiz Machado de Moraes e João Cláudio da Silva Souza (Secretaria de Política Agrícola – SPA/Mapa).

rural foi incrementado com o direcionamento de recursos captados por meio das emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs). Este direcionamento foi de 50% na safra 2015/2016, e de 35% na safra 2016/2017. Assim, observa-se que os financiamentos de custeio a taxas de juros controladas tiveram queda de 18,9%, enquanto os financiamentos com taxas de juros livres, alta de 71,9%, conforme gráfico 15.

GRÁFICO 15
Crédito Rural: Recursos Contratados
(R$ bilhões)



Fonte: SICOR/Banco Central. Elaboração SPA/MAPA

Os agentes financeiros tiveram a seguinte participação nos financiamentos de custeio: bancos públicos, 54,4%; bancos privados, 29,5%; e cooperativas de crédito, 16,1%. Os montantes respectivos foram de R$ 44,8 bilhões, R$ 24,3 bilhões e R$ 13,3 bilhões. Comparativamente ao período 2015/2016, os bancos públicos aplicaram mais 148% de crédito de custeio com recursos a taxas de juros livres, e recuaram 30% na aplicação a taxas controladas, enquanto os bancos privados e as cooperativas de crédito aumentaram suas aplicações tanto nas taxas livres como nas controladas, conforme a tabela 16.

TABELA 16
Custeio (R$ milhões)

Instituição	Jul/15 - Jun/16			Jul/16 - Jun/17			Var. no Total Controlados (%)	Var. no Total Livres (%)	Var. no Total Geral (%)
	Total Controlado	Total Livres	Total Geral	Total Controlado	Total Livres	Total Geral			
Bancos públicos	56.984	2.024	59.008	39.747	5.030	44.777	-30	148	-24
Bancos privados	13.350	6.599	19.949	13.989	10.283	24.273	5	56	22
Cooperativas de crédito	9.688	1.546	11.233	11.124	2.168	13.292	15	40	18
Total	80.022	10.169	90.191	64.860	17.481	82.341	-19	72	-9

Fonte: Sicor/Banco Central

As atividades agrícola e pecuária tiveram comportamento oposto nas aplicações de crédito de custeio. A agrícola recuou 16%, enquanto a pecuária aumentou 13%. Este aumento na aplicação no custeio pecuário representa R$ 2,9 bilhões. Uma explicação para tal aumento baseia-se na alteração nas normas do crédito rural que, a partir desse ano agrícola, passou a classificar a aquisição de animais para a recria e para a engorda como custeio, pois antes era investimento. Essa mudança ampliou o limite de financiamento, para essas finalidades, de R$ 430 mil para R$ 3 milhões, por beneficiário, por ano agrícola.

Em termos de culturas, a soja, com 34,7% dos recursos contratados para custeio, e o milho, com 12,8%, são as principais culturas demandantes desse crédito, seguidas pela cana-de-açúcar, com 7,7%, e pelo café, com 6,5%. Na pecuária, a bovinocultura contratou 66,8% dos recursos de custeio, seguida pela avicultura, com 14,5%, e a suinocultura, com 14,0%.

Em relação ao funding do crédito rural, desde o ano agrícola 2015/2016, as instituições financeiras que captassem recursos por meio da emissão de LCA, independentemente do lastro utilizado para emissão desse título, deveriam observar percentual de direcionamento para a aplicação em operações de crédito rural. No ano agrícola corrente, esse percentual corresponde a 35% do valor apurado segundo metodologia definida pelo Conselho Monetário Nacional.

Desse percentual de 35% de direcionamento ao crédito rural, das emissões das LCAs, pelo menos 14% devem ser aplicados a taxa efetiva de juros de até 12,75% ao ano (a.a.) em operações de custeio e de investimento, sendo que os restantes 21% podem ser aplicados a taxas livres, em qualquer finalidade, ou seja, custeio, investimento, comercialização ou industrialização. Assim, em relação a esse novo funding do crédito rural, houve um crescimento de 36% dessa fonte, passando de R$ 13,5 bilhões na safra 2015/2016 para R$ 18,3 bilhões na safra 2016/2017.

Em relação aos investimentos agropecuários, o grande destaque é a aplicação de recursos na aquisição de tratores, colheitadeiras e implementos, financiados por meio do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), com R$ 7,64 bilhões e incremento de 82,3% em relação à safra passada.

Outro destaque é o Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (Moderagro), que financia apicultura, aquicultura, avicultura, chinchilicultura, cunicultura, floricultura, fruticultura, palmáceas, olivicultura, produção de nozes, horticultura, ovinocaprinocultura, pecuária leiteira, pesca, ranicultura, sericicultura e suinocultura, com contratações 107% superiores aos recursos programados, perfazendo R$ 683 milhões em investimentos realizados pelos médios produtores rurais. No agregado, os investimentos totalizaram R$ 26,5 bilhões, aplicação 1,6% inferior à do ano agrícola passado.

Política de crédito rural

No que se refere à política de crédito rural para o ano agrícola 2017/2018, tem-se como principais medidas o aumento das disponibilidades de recursos de financiamento (R$ 188,3 bilhões), redução de taxas de juros, de prazos de reembolso dos créditos de investimento e introdução de limites de financiamento às cooperativas, bem como o direcionamento dos Recursos Obrigatórios (RO), provenientes dos depósitos à vista, exclusivamente para o custeio.

As taxas de juros tiveram redução de 1 ponto percentual (p.p.), se situando em 8,5% e 7,5% (médios produtores), exceto em relação aos programas de incentivo à inovação tecnológica (Inovagro) e de construção e ampliação de armazéns (PCA), para os quais a redução foi de 2 p.p., de 8,5% para 6,5%. Essas taxas, expressas em termos reais, situam-se acima da média observada a partir de 2003/2004, sendo que, nas últimas quatro safras, a taxa básica de juro real do crédito rural foi negativa.

Os financiamentos no âmbito dos programas de capitalização de cooperativas (ProcapAgro) e de renovação de canaviais (ProRenova) têm taxas de juros de TJLP + 3,7%, não sujeitas a equalização pelo Tesouro Nacional.

Os recursos para financiamentos de custeio têm como fonte duas exigibilidades de direcionamento de recursos: a do direcionamento de 34% dos depósitos à vista nos bancos comerciais, não sujeitos a equalização de juros; e a de 65% da poupança rural (bancos públicos federais e bancos cooperativos). Esta, em sua quase totalidade, com taxas de juros equalizadas, respondendo por aproximadamente 50% dos financiamentos de custeio. Esse fato, conjugado à limitação orçamentária dos gastos com equalização de juros, fundamenta a decisão de direcionar a totalidade dos Recursos Obrigatórios, de que trata o Manual de Crédito Rural, capítulo 6, seção 2 (MCR-6-2), para o custeio.

Os financiamentos às cooperativas para a realização de adiantamentos a cooperados por conta de produtos entregues à cooperativa para venda, e às agroindústrias para estocagem, desconto de duplicatas e de notas promissórias, bem como os financiamentos para industrialização e investimentos não contemplados nos programas específicos, teriam que ser realizados com recursos oriundos da emissão de LCA, com taxas de juros de até 12,75%, ou com recursos livres, em detrimento especialmente das cooperativas e produtores a elas associados. Entretanto, a LCA ainda não se consolidou como fonte de recursos que possa suprir a demanda.
Considerando que a linha geral de crédito para investimento abrange finalidades não contempladas pelos programas de investimento do BNDES, os produtores rurais terão, necessariamente, que recorrer somente à linha geral de crédito, cujas condições de financiamento são menos favoráveis.

Para as cooperativas de produção foi introduzido um teto para tomada de crédito para custeio/aquisição de insumos para fornecimento a cooperados, quando amparado em ROs, nos níveis de R$ 600 milhões na safra 2017/2018 e, respectivamente, de R$ 500 milhões e de R$ 400 milhões nas safras subsequentes.

Os percentuais de exigibilidade do direcionamento de aplicação dos ROs, para beneficiários específicos, foram ampliados, de 13% para 15% para os médios produtores no âmbito do (Pranamp), e de 10% para 20% para o programa da agricultura familiar (Pronaf), permanecendo inalterada em 20% a exigibilidade para as Cooperativas, porém sendo introduzido um teto de 25% no direcionamento desses recursos para os financiamentos de custeio às cooperativas de produção.

Considerando que a demanda total de crédito rural pelas cooperativas é de 41% dos ROs, estas deixariam de acessar 16% desses recursos, ou seja R$ 9,9 bilhões, a serem disputados nas fontes livres e LCA, em todas essas finalidades, com taxa de juros superiores a 8,5%. O teto de 25% fixado para as cooperativas, mais as exigibilidades para o Pronamp (15%) e para o Pronaf (20%) somam R$ 37,1 bilhões (60% dos ROs, de R$ 61,8 bilhões), e os 40% restantes (R$ 24,7 bilhões) seriam

destinados aos grandes produtores, podendo haver sobra de recursos para custeio devido ao limite de R$ 3,0 milhões por produtor e por ano agrícola.

A alternativa de utilização de LCA para financiar comercialização, industrialização e investimento a produtores rurais e cooperativas é desejável, mas não atende satisfatoriamente a demanda por financiamentos dessa natureza, complementada por recursos livres.

No intuito de ampliar a diversificação das fontes de recursos para o funding do crédito rural, foi admitida a possibilidade de as instituições financeiras adquirirem Cédula de Produto Rural (CPR), emitidas por produtor rural diretamente em favor dessas instituições.

O apoio creditício aos investimentos agropecuários está, em sua maior parte, consubstanciado nos programas de investimento implementados com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da fonte poupança rural do Banco do Brasil, administrados pelo Mapa. Esses recursos estão, na sua integralidade, sujeitos à equalização de taxas de juros que, por força de lei, está restrita aos bancos públicos federais e aos bancos cooperativos.

Esses programas de investimento possuem condições diferenciadas de financiamento, abrangendo setores ou atividades definidas como prioritárias, tendo por objetivos gerais: i) fomento à implantação de sistemas de irrigação eficientes; ii) construção de armazéns; iii) modernização da frota de tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas; iv) aumento da área plantada de cultivos protegidos, tanto as instalações caracterizadas como estufas, para a produção de culturas olerícolas, como a instalação de estruturas que protejam a fruticultura de clima temperado suscetível ao granizo; v) o aumento da área de florestas plantadas comerciais; e vi) implantação de sistemas de produção sustentáveis e em harmonia com as premissas do Programa ABC, tal como a recuperação de áreas degradadas e de pastagens degradadas, a recuperação de áreas de Preservação Permanente e Áreas de Reserva Legal.

Assim, no intuito de contribuir para o fortalecimento da capitalização do setor agropecuário, diante da expectativa de retomada dos investimentos agropecuários, a disponibilidade de recursos para essas finalidades na safra 2017/2018 foi ampliada em 12%, atingindo R$ 38,0 bilhões. Desse total, destaca-se a destinação de R$ 9,2 bilhões para o Moderfrota (financiamento de tratores e de colheitadeiras), R$ 1,6 bilhão para o PCA e R$ 1,26 bilhão para o Inovagro.

Como parte do esforço de redução do deficit na capacidade instalada de armazenagem de grãos, foi admitida a possibilidade de conceder financiamento aos cerealistas para a construção e ampliação de armazéns, por intermédio da criação de linha de crédito específica para essa finalidade, nas mesmas condições do Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA). Em igual sentido, foi criada a linha BNDES Agro, com juros de TJLP + 3,7%, para financiamentos de

investimentos em armazenagem de produtos agropecuários, destinada a empresas não beneficiárias do crédito rural. Essa linha financiará também a aquisição de aviões agrícolas.

Não obstante o Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018 contemple medidas restritivas de acesso ao crédito rural e condições de financiamento menos favoráveis relativamente às últimas safras, foram mantidos níveis de apoio, aos produtores rurais e suas cooperativas, compatíveis com o objetivo de contribuir para a continuidade do crescimento da produção e das exportações agropecuárias.

Anexo

TABELA A1
Valor Bruto da Produção - Lavouras e Pecuária - Brasil (julho/2017)
(Valores em R$)*

Lavouras	2012	2013	2014	2015	2016	2017	variação % 2016/2017
Algodão herbáceo	14.503.302.909	10.275.904.651	13.261.688.951	13.569.793.233	12.019.469.194	21.107.610.585	75,6
Amendoim	732.888.500	840.729.034	1.031.825.115	1.090.530.473	971.697.281	1.261.144.183	29,8
Arroz	9.327.762.337	11.295.604.921	11.611.516.200	10.805.664.453	9.879.960.023	10.886.472.801	10,2
Banana	8.382.815.438	9.616.888.145	10.081.727.043	9.876.069.350	14.616.763.356	11.555.841.014	-20,9
Batata - inglesa	3.477.490.857	5.223.490.896	6.051.913.187	5.979.956.500	7.360.519.931	3.409.503.740	-53,7
Cacau	1.571.382.042	1.535.487.988	1.225.874.530	1.422.536.788	1.856.761.108	1.512.667.613	-18,5
Café	24.021.400.716	16.706.619.953	20.325.883.508	20.252.390.424	24.404.718.166	21.632.259.547	-11,4
Cana-de-açúcar	58.661.431.469	58.727.885.334	54.788.299.471	51.862.492.440	50.066.961.503	73.300.615.454	46,4
Cebola	1.608.019.764	2.112.412.203	1.449.675.891	3.333.473.657	2.983.403.137	1.848.028.771	-38,1
Feijão	9.455.023.070	10.058.361.906	8.979.296.144	8.577.092.125	10.899.001.206	9.222.376.347	-15,4
Fumo	7.017.796.978	7.977.651.187	8.137.801.812	7.868.280.789	5.571.305.599	-	-
Laranja	10.694.302.880	10.729.907.836	13.948.412.217	11.795.512.546	11.606.653.081	14.535.036.561	25,2
Mamona	43.604.265	20.135.896	60.833.644	67.508.053	39.803.464	27.443.963	-31,1
Mandioca	7.384.097.946	7.809.574.347	8.428.902.209	7.487.679.422	6.866.816.476	12.004.424.130	74,8
Milho	41.131.993.835	43.275.803.283	40.892.585.005	42.942.532.705	40.514.807.070	48.351.617.382	19,3
Pimenta-do-reino	574.641.746	573.924.739	793.746.163	1.379.210.044	1.313.426.120	1.398.458.152	6,5
Soja	85.403.753.192	101.061.874.781	102.368.691.232	112.553.702.896	113.026.563.299	115.614.102.129	2,3
Tomate	8.093.973.948	14.674.108.674	16.187.161.366	15.008.534.006	7.525.505.414	8.501.653.762	13,0
Trigo	3.970.333.371	5.277.315.026	4.527.559.406	3.729.508.720	4.785.537.446	3.295.548.761	-31,1
Uva	5.142.637.678	4.426.989.522	4.659.586.001	3.887.157.599	3.347.674.459	5.158.750.697	54,1
Maçã	3.607.464.524	3.908.581.500	4.379.259.189	3.806.918.626	4.242.111.847	3.355.005.506	-20,9
TOTAL LAVOURAS	**304.806.117.468**	**326.129.251.824**	**333.192.238.282**	**337.296.544.850**	**333.899.459.183**	**367.978.561.098**	10,2
Bovinos	58.894.592.031	63.820.906.683	73.318.595.824	75.841.939.799	70.991.630.263	66.212.674.805	-6,7
Suínos	11.798.239.591	13.660.576.241	14.347.998.644	15.333.562.708	14.150.648.258	15.057.536.653	6,4
Frango	45.552.932.310	50.700.900.995	49.675.467.628	52.441.861.141	53.434.642.019	47.600.197.060	-10,9
Leite	25.490.549.456	29.497.604.091	31.853.473.010	28.753.204.454	26.679.678.018	28.253.743.258	5,9
Ovos	9.230.461.273	10.856.210.232	12.197.382.283	12.419.327.283	13.388.956.243	10.332.762.182	-22,8
TOTAL PECUÁRIA	**150.966.774.661**	**168.536.198.242**	**181.392.917.388**	**184.789.895.384**	**178.645.554.801**	**167.456.913.958**	-6,3
VBP TOTAL	**455.772.892.129**	**494.665.450.066**	**514.585.155.670**	**522.086.440.234**	**512.545.013.984**	**535.435.475.056**	4,5

Fonte (Produção): Lavouras, IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), jul./2017; Pecuária, IBGE – Pesquisa Trimestral do Abate de Animais; Pesquisa Trimestral do Leite, Produção de Ovos de Galinha. Considerou-se para o ano em curso a produção dos últimos quatro trimestres.
Fonte (Preços): Cepea/Esalq/USP, Conab e FGV/FGVDados. Preços recebidos pelos produtores: média anual para os anos fechados; e para 2017, preços médios de janeiro a julho. Conab para: algodão herbáceo, amendoim, arroz, banana, batata-inglesa, cacau, cana-de-açúcar, cebola, feijão, fumo, laranja, mamona, mandioca, milho, pimenta-do-reino, soja, tomate, uva, bovinos, suínos, leite, ovos. Cepea/Esalq/USP para: café, maçã, trigo e frango; café refere-se ao café arábica tipo 6, bebida dura para melhor e café robusta tipo 6, peneira 13 acima, com 86 defeitos; maçã refere-se a maçã gala nacional.
Elaboração: CGEA/DCEE/SPA/Mapa.
Obs.: 1. Devido à descontinuidade da informação pela FGV-FGVDados, comunicado da FGV em 24/04/2017, foram usados preços da FGV até dez./2016. A partir desta data os produtos, que antes eram informados pela FGV, passaram a ser substituídos pelos preços da Conab.
2. A partir de julho de 2015, os preços de laranja (retroativo a 2012) e frango (retroativo a 2005) foram alterados para Conab e Cepea respectivamente. Para o cacau, a partir de abr./2017, retroativo a jan./2016, foi alterado para Conab.
Nota: *Valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV, jul./2017.

TABELA A2

Valor Bruto da Produção Agropecuária - julho/2017

(valores em Reais)*

Região-UF's / Ano	Anos		Participação %	
	2016	2017	2016	2017
Norte	**31.695.237.233**	**32.504.612.327**	**6,2**	**6,1**
RO	7.743.666.750	8.517.945.699	1,5	1,6
AC	1.746.071.600	1.981.103.699	0,3	0,4
AM	1.135.219.988	2.009.500.386	0,2	0,4
RR	510.173.560	540.326.179	0,1	0,1
PA	14.509.561.263	13.233.558.425	2,8	2,5
AP	146.670.699	203.038.171	0,0	0,0
TO	5.903.873.373	6.019.139.767	1,2	1,1
Nordeste	**41.337.653.855**	**50.146.164.054**	**8,1**	**9,4**
MA	4.991.373.792	7.173.205.268	1,0	1,3
PI	1.838.327.490	3.959.185.817	0,4	0,7
CE	3.155.700.608	3.169.249.571	0,6	0,6
RN	1.031.067.928	1.224.977.827	0,2	0,2
PB	1.499.441.498	1.689.172.209	0,3	0,3
PE	5.439.429.948	5.139.647.633	1,1	1,0
AL	2.252.681.910	2.791.179.301	0,4	0,5
SE	1.276.502.625	2.033.768.684	0,2	0,4
BA	19.853.128.056	22.965.777.745	3,9	4,3
Sudeste	**139.978.412.428**	**137.460.708.179**	**27,3**	**25,7**
MG	58.539.941.261	54.462.145.556	11,4	10,2
ES	8.174.583.496	7.682.065.892	1,6	1,4
RJ	2.437.177.363	2.306.569.233	0,5	0,4
SP	70.826.710.309	73.009.927.499	13,8	13,6
Sul	**150.921.925.193**	**141.270.502.406**	**29,4**	**26,4**
PR	66.690.738.704	64.275.120.132	13,0	12,0
SC	28.655.134.961	23.379.887.728	5,6	4,4
RS	55.576.051.528	53.615.494.545	10,8	10,0
Centro-Oeste	**140.267.742.770**	**138.624.604.103**	**27,4**	**25,9**
MS	27.039.161.310	28.012.080.180	5,3	5,2
MT	70.440.306.729	68.874.590.005	13,7	12,9
GO	41.351.471.109	40.414.385.460	8,1	7,5
DF	1.436.803.622	1.323.548.458	0,3	0,2
Total Brasil	**512.545.013.984**	**535.435.475.056**	**100,0**	**100,0**

Fonte (Produção): Lavouras, IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), jul./2017; Pecuária, IBGE, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais; Pesquisa Trimestral do Leite, Produção de Ovos de Galinha. Considerou-se para o ano em curso a produção dos últimos quatro trimestres.

Fonte (Preços): Cepea/Esalq/USP, Conab e FGV/FGVDados. Preços recebidos pelos produtores: média anual para os anos fechados; e para 2017, preços médios de janeiro a julho. Conab para: algodão herbáceo, amendoim, arroz, banana, batata-inglesa, cacau, cana-de-açúcar, cebola, feijão, fumo, laranja, mamona, mandioca, milho, pimenta-do-reino, soja, tomate, uva, bovinos, suínos, leite, ovos. Cepea/Esalq/USP para: café, maçã, trigo e frango; café refere-se ao café arábica tipo 6, bebida dura para melhor e café robusta tipo 6, peneira 13 acima, com 86 defeitos; maçã refere-se a maçã gala nacional.

Elaboração: CGEA/DCEE/SPA/Mapa.

Obs.: 1. Devido à descontinuidade da informação pela FGV-FGVDados, comunicado da FGV em 24/04/2017, foram usados preços da FGV até dez./2016. A partir desta data, os produtos que antes eram informados pela FGV, passaram a ser substituídos pelos preços da Conab.

Nota: *Valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV, jul./2017.

Equipe Responsável pela Seção de Economia Agrícola

Editores

Jose Eustaquio Ribeiro Vieira Filho (Dirur/Ipea)
José Ronaldo De Castro Souza Junior (Dimac/Ipea)

Sumário

Jose Eustaquio Ribeiro Vieira Filho (Dirur/Ipea)

Mercados e Preços Agropecuários

Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros – Cepea/Esalq-USP
André Sanches (Graõs) – Cepea/Esalq-USP
Fernanda Geraldini (Hortifrutícolas) – Cepea/Esalq-USP
Natália Slaro Grigol (Leite) – Cepea/Esalq-USP
Mariane Crespolini (Boi) – Cepea/Esalq-USP
Camila Brito Ortelan (Suinos, aves e ovos) – Cepea/Esalq-USP

Produção e Emprego no agronegócio: insumos, primário, agroindústria e agrosserviços

Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros – Cepea/Esalq-USP
Nicole Rennó Castro – Cepea/Esalq-USP
Leandro Gilio - Cepea/Esalq-USP
Arlei Luiz Fachinello - Cepea/Esalq-USP
Adriana Ferreira Silva - Cepea/Esalq-USP

PIB Agropecuário: Indicador Mensal e Previsões

Leonardo Melo de Carvalho (Dimac/Ipea)
Marco Antônio F. H. Cavalcanti (Dimac/Ipea)

Comércio Externo de Produtos Agropecuários

Marcelo José Braga Nonnenberg (Dimac/Ipea)
Rogério Edivaldo Freitas (Dirur/Ipea)

Seguro Rural

Simone Yuri Ramos (SPA/Mapa)
Vitor Augusto Ozaki (SPA/Mapa)

Crédito Rural

Antonio Luiz Machado De Moraes (SPA/Mapa)
João Cláudio da Silva Souza (SPA/Mapa)

Evolução regional das atividades agropecuárias

José Garcia Gasquez (SPA/Mapa)

Assistente de Pesquisa

Jomary Maurícia Leite Serra

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac)

José Ronaldo de Castro Souza Júnior – Diretor
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti – Diretor Adjunto

Grupo de Conjuntura

Equipe Técnica:

Christian Vonbun
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Leonardo Mello de Carvalho
Marco Aurélio Alves de Mendonça
Marcelo Nonnenberg
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa
Paulo Mansur Levy
Vinicius dos Santos Cerqueira
Sandro Sacchet de Carvalho

Equipe de Assistentes:

Augusto Lopes dos Santos Borges
Beatriz Cordeiro Araújo
Felipe dos Santos Martins
Luciana Pacheco Trindade Lacerda

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.